



“POPULAÇÃO, O PROBLEMA DO NOSSO TEMPO”: CONTROLE DA NATALIDADE, CULTURAS POLÍTICAS E RELAÇÕES DE GÊNERO (ESTADOS UNIDOS/BRASIL, 1960-1970)

ANELISE RODRIGUES MACHADO DE ARAUJO*

"Reprodução", disse o demógrafo Day Lincoln em um simpósio da Universidade de Yale para ginecologistas, "é um ato privado, mas não é um assunto privado. Possui profundas consequências sociais." (TIME, 21/04/1967)

Essa assertiva sobre a discussão pública das práticas reprodutivas dos casais demonstra uma novidade sobre um assunto até então considerado de foro íntimo. Na década que foi inaugurada pelo lançamento da pílula anticoncepcional no mercado norte-americano, as políticas de planejamento familiar passaram a ser pautadas pelo Estado e pela imprensa midiática. O uso de métodos de anticoncepção foi abordado pela matéria “Contracepção: Novidades sobre a pílula¹”, veiculada pela revista *Time* em sua edição de 21 de abril de 1967. No decorrer daquela década, a publicação de origem estadunidense dedicou algumas de suas páginas aos debates sobre uso da pílula e demais métodos anticoncepcionais.

A revista *Time* americana, a mais lida nos Estados Unidos naquele período, publicou doze matérias durante a década de 1960 que abordaram o controle da natalidade, o planejamento familiar e os métodos anticoncepcionais. Dessas, nove estamparam as páginas da revista na segunda metade da década, demonstrando que o assunto estava inserido na pauta do periódico. Durante a década de 1950, apenas uma matéria sobre planejamento familiar foi veiculada por *Time*, na edição de 12 de agosto de 1957. Por isso, estima-se que tais assuntos tenham se tornado pauta de debates na imprensa periódica de informação a partir da década de 1960. As narrativas construídas pelo periódico *Time* ora exaltavam a liberdade que a chegada da pílula no mercado, ocorrida naquela década, traria aos casais; ora exaltava a interferência do Estado norte-americano na vida privada das populações de países considerados “subdesenvolvidos” através das políticas de planejamento familiar e, conseqüentemente, de controle da natalidade.

O texto “Contracepção: Livres do medo²”, da edição de 07 de abril de 1967, apresentou os diversos métodos disponíveis naquele momento para se evitar uma gravidez indesejada e explicita uma das partes dessa contraposição narrativa. A adoção de métodos

* Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF).

¹ “Contraception: News of the Pill”.

² “Contraception: Freedom from Fear”.

anticoncepcionais era considerada uma expressão da liberdade moderna, que permitia aos casais autogerirem o tamanho de suas famílias.

Apesar disso, a reportagem também apresentou dois “graves problemas morais” decorrentes do uso da pílula. O primeiro, relacionado à instituição Católica, era a proibição do Vaticano sobre a adoção de métodos “não naturais”. Basicamente, a única alternativa de controle da natalidade aceita pela Igreja Católica era a “tabelinha³”, pela qual evitava-se a gravidez a partir do controle do ciclo menstrual da mulher. O segundo, atrelado às culturas de “honra” e “bons costumes”, referia-se às mulheres solteiras que tomavam as pílulas. Questionava-se se a segurança de que não engravidariam induziria as mulheres à chamada promiscuidade. Apesar de expor esses conflitos sociais em voga na época, o texto da revista *Time* logo em seguida defende o uso da pílula ainda que houvesse essas duas adversidades. Afinal, segundo a matéria, 53% dos casais católicos norte-americanos já teriam adotado alguma forma de controle de natalidade diferente da “tabelinha” e o mesmo temor relacionado à promoção da promiscuidade já verificava-se quando foram lançados o automóvel, o *cinema drive-in* e o motel, por exemplo.

A valorização da liberdade, do estilo de vida americano e, sendo assim, do consumo, além do estímulo a classe média, foram os índices da pretensão civilizatória empreendida pelo Estados Unidos naquele período (SILVA, 2012). Seu anseio de ser um mediador entre um mundo dito “subdesenvolvido” e aquilo que acreditavam que elevava o país a uma grande potência mundial também integraram o conjunto de perspectivas que guiaram a política externa estadunidense durante a segunda metade do século XX. Visava, portanto, um caráter “educativo” daqueles que pretensamente precisavam aprender a dar os mesmos passos largos dados pela nação estadunidense rumo ao “progresso” (AZEVEDO, 1998). Apesar dessa prática de exercer a pressão externa em outros países, deve-se tomar o cuidado de não considerar que todos os estadunidenses desejavam ou pensavam do mesmo modo.

Esse conceito do “excepcionalismo americano” não se revelou uníssono e, apesar de dominante, foi alvo de críticas e dissenso. Deve-se, pois, compreender que a cultura política estadunidense como complexa e heterogênea. Afinal, a (co)existência de culturas políticas não deve ser concebida como inserida em processos pacíficos e homogêneos. Elas costumam ser plurais, abarcando diferentes concepções e práticas de poder. Berstein afirma que o olhar dos historiadores políticos devem estar atentos para a “(...) influência das culturas políticas

³ No original: “rhythm”.

dominantes, portadoras de temáticas que ganham ampla adesão da população, influência à qual é difícil se opor sem perder toda a credibilidade” (2009, p. 40). Essa influência, considerada propulsora de comportamentos políticos, revela elementos fundamentais para que se compreendam as motivações do político, sendo este o principal objetivo da História quando se integra ao estudo das culturas políticas. Exercendo sua influência e elaborando consensos, a cultura política consegue formular condições favoráveis para que haja a manutenção da coerência do corpo social.

Entretanto, “os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31). Com isso, compreende-se que as representações e significações sociais, moldes de uma sociedade idealizada, tentam inculcar os indivíduos de imagens, sentidos e, assim, práticas. E, na concepção de Berstein, tais representações e significações sociais atuam através da cultura política. Assim, a cultura política pode auxiliar na compreensão dos comportamentos políticos, de modo a transpor os limites descritivos sobre este fenômeno e buscando os significados e as razões sociais das práticas. Afinal, a cultura política costuma atuar como elemento de uma cultura global, na medida em que ela incide sobre as redes de sociabilidades e, portanto, influencia na coesão do grupo (BERSTEIN, 2009, p. 36).

A matéria “Contraceção: Livres do medo”, que exaltou os benefícios da pílula lançada no mercado norte-americano em junho de 1960, afirmou ainda que mesmo em países considerados “pobres”, como o Brasil, a pílula já era vendida e reconhecida como uma opção plausível a todas as mulheres. A reportagem da revista *Time* deixou explícita a visão que tinha sobre as mulheres desses países, especialmente quando defendeu que:

Para aquelas das favelas e rincões de nações como o Brasil e a Malásia, a esperança parecia depositada num contraceptivo mecânico muito mais barato e mais simples, o dispositivo intra-uterino, ou DIU. Uma vez inserido por um médico, um DIU poderia ser deixado no local e esquecido. Mas relatórios mais recentes mostram que as mulheres analfabetas, conseguem tomar suas pílulas na programação⁴. (TIME, 07/04/1967)

⁴ “For those in the slums and back-lands of such nations as Brazil and Malaysia, hope seemed to lie with a much cheaper and simpler mechanical contraceptive, the intrauterine device, or IUD. Once inserted by a doctor, an IUD can be left in place and forgotten. But latest reports show that illiterate women who can't count can still take their pills on schedule.”

Percebe-se então, que de acordo com o texto da revista estadunidense as mulheres analfabetas eram vistas como presentes especialmente em países considerados pobres, além de serem consideradas incapazes de fazerem uso correto do método. Essas percepções construídas sobre “os outros” estava relacionada ao sentimento de “excepcionalismo americano” e da superioridade deste. Apesar disso, outro texto publicado pela revista *Time* demonstra que a preocupação dedicada ao crescimento populacional estava atrelada principalmente aos pobres, inclusive norte-americanos. Na edição de 25 de julho de 1969, lia-se que “os pobres não podem estar cada vez mais pobres, mas eles estão em constante crescimento numérico. As famílias pobres nos EUA têm uma média de 4,5 filhos, em comparação com três para aquelas acima da linha de pobreza⁵” (TIME, 25/07/1969).

Foi através da relação estabelecida politicamente entre crescimento populacional e crescimento da pobreza, aliada ao desfecho da Segunda Guerra Mundial e diante da conjuntura da Guerra Fria, e especialmente após a Revolução Cubana, que os Estados Unidos e demais países tidos por “desenvolvidos” subvencionaram programas de desenvolvimento interno e planejamento familiar em países da América Latina. Afinal, acreditava-se que a superpopulação nesses locais levaria ao aumento da pobreza e, conseqüentemente, à expansão comunista (PEDRO, 2003, p. 242). Com isso, o discurso favorável ao controle da natalidade nessas regiões trouxe à tona um novo tratamento para questões até então consideradas de foro íntimo. As práticas contraceptivas, antes transmitidas de forma privada, tornaram-se alvo de políticas públicas e passaram a ser discutidas nas páginas da imprensa periódica.

A matéria de abril de 1967 ainda repercutiu posteriormente na própria revista *Time*, como na edição de 21 de abril daquele ano⁶. Por meio desta, é possível constatar uma inserção nas pautas jornalísticas, pois afirma que “nas últimas semanas, jornais e revistas foram preenchidos por notícias sobre planejamento familiar, controle populacional e pílula anticoncepcional⁷” (TIME, 21/04/1967). O debate assumido pela imprensa decorria principalmente da Conferência Mundial da Federação Internacional de Planejamento Familiar, ocorrida no Chile na semana anterior. As previsões sobre os índices de crescimento da população mundial apresentados naquela ocasião foram apocalípticas. Desse modo, tentava-se justificar os esforços para que as políticas de controle da natalidade se efetivassem.

⁵ “The poor may not be getting poorer, but they are constantly growing more numerous. Poor families in the U.S. have an average of 4.5 children compared with three for those above the poverty line.”

⁶ “Contraception: News of the Pill”.

⁷ “In the past few weeks, newspapers and magazines have been filled with news of family planning, population control and the pill.”

Assim, sexualidade e reprodução, temas antes cercados pelo silêncio, integraram as pautas da imprensa periódica e tornaram-se agendas da política internacional. A revista *Time*, assim como demais veículos midiáticos, selecionava os assuntos abordados em suas edições. Ter em vista esse procedimento de escolha é fundamental para o exercício da análise histórica, pois traz a tona as intencionalidades da linha editorial do veículo. Deve-se, pois, questionar por que se deu publicidade àquele acontecimento. Afinal, periódicos que são elaborados no interior de empreendimentos privados geralmente precisam atender a demandas financeiras, aos interesses do público leitor e submeter-se a uma linha editorial ditada por proprietários e anunciantes.

De certo modo, pode-se afirmar que quem escreve uma notícia torna-se partícipe da própria notícia. A concepção de que jornalistas também escrevem história é a base do conceito “operação midiográfica”, cunhado pela historiadora Sonia Maria de Meneses Silva. Numa analogia à expressão “operação historiográfica” de Michel de Certeau, a autora faz uma exegese metodológica da construção de narrativas históricas perpassadas por uma cultura de memória que articula História, memória e mídia. Fazendo referência a Pierre Nora (1977), Sonia Maria de Meneses Silva parte da assertiva de que a mídia proporcionou ao acontecimento que este se libertasse dos domínios históricos (SILVA, 2011, p. 35).

A pesquisa histórica é permeada por intencionalidades e subjetividades inerentes a quem a produz, e as quais incidem diretamente sobre a narrativa a ser produzida. O domínio de aspectos teóricos da disciplina torna-se, pois, fundamental para a elaboração do método histórico. Segundo Michel de Certeau (2006), o historiador escreve de um lugar específico e sua narrativa possui as marcas desse lugar. Deste modo, historiadores e historiadoras são partícipes da construção histórica, sendo responsáveis pela evocação das questões a partir do presente e pela análise e questionamento das evidências e eventos a partir das fontes disponíveis. Trata-se, pois, de um processo que seleciona, reorganiza, atribui sentidos e elabora uma História sempre passível de ser reelaborada, num processo bastante semelhante ao empreendido por sujeitos sociais no momento de produção das próprias fontes documentais, sejam elas documentos escritos, audiovisuais, etc. Essa reorganização subjetiva dos acontecimentos para a construção de uma narrativa é também efetivada por jornalistas e editores de periódicos. A imprensa não apenas transpõe informações, mas também constrói memória social.

Lançada em 1923, a revista *Time* investiu no formato do jornalismo de informação. A inovação proposta por seus idealizadores foi colocar em circulação nacional uma publicação

que trouxesse a síntese dos eventos da semana. Fundada por Henry Luce e Britton Hadden, falecido precocemente em 1929, *Time* cresceu no segundo pós-guerra e deu origem a outras publicações da Time Inc., como a *Life*, a *Fortune* e a *Sports Illustrated*. Explicitamente um apoiador do Partido Republicano, por mais que afirmasse publicamente que havia imparcialidade em suas empresas, Henry Robinson Luce influenciou a política estadunidense durante boa parte do século XX, conforme aponta a historiadora Graciella da Silva:

Não só em Time e Life, como também nas outras publicações de seu império, a Time Inc. – Fortune e Sports Illustrated –, transparecem com bastante clareza seu posicionamento político e ideológico a respeito dos diversos assuntos abordados em cada uma delas, especialmente no que diz respeito à política externa americana, sobre a qual tinha um posicionamento bastante peculiar, marcado pela crena a no sentido de missão que os Estados Unidos tinham a cumprir no mundo. (2012, p. 12)

Logo a Time Inc. tornou-se um dos maiores conglomerados de mídia do mundo. Ganhou também versões internacionais que reproduziam a perspectiva de Luce sobre o “excepcionalismo americano”, segundo o qual os Estados Unidos teriam uma missão civilizatória perante o mundo. Nascido na China em 1898, Luce idealizava “a América” como o lugar do consenso e da unidade. Derivaria disso a premissa de um espírito missionário que o acompanharia na influência política que exerceu através de seus veículos midiáticos:

Essa perspectiva não sofreu alterações muito profundas ao longo da vida de Luce e, em sua carreira profissional, estava estampada nas publicações que dirigia. Todavia, a valorização desta América una e homogênea não era gratuita. Especialmente no pós-guerra, esta imagem dos Estados Unidos servia a propósitos políticos bastante específicos, ligados às disputas ideológicas impostas pela Guerra Fria. (SILVA, 2012, p. 54)

Principalmente durante a década de 1960, com o início das vendas das pílulas anticoncepcionais, houve na América Latina um embate entre grupos antinatalistas e anticontrolistas. Entre os anticontrolistas estiveram membros da Igreja Católica, de movimentos de cunho nacionalista e do movimentos feminista. Partes desses grupos não apoiavam o intervencionismo do Estado no planejamento familiar e, particularmente para o movimento feminista, nos corpos das mulheres. Já os antinatalistas apoiava-se em estatísticas, que iam desde o perigo da superpopulação ao número de abortos realizados, para exaltar a necessidade de programas que controlassem as taxas de natalidade dos países não “desenvolvidos”. Foram esses grupos que apoiaram a criação de programas como o “Aliança Para o Progresso”, o qual foi assinado pelo então Presidente dos Estados Unidos, John

Fitzgerald Kennedy, em 1961, como uma resposta à Revolução Cubana, e que visava acelerar o desenvolvimento da América Latina – ao mesmo passo em que tentaria frear o avanço comunista em tais territórios.

Assim, a revista *Time* mencionou o programa lançado por Kennedy na matéria “População: O Problema do Nosso Tempo”, da edição de 20 de agosto de 1965. O texto, que defendeu a necessidade se conter o crescimento populacional para que a economia pudesse crescer, apontava que o problema era grave na América Latina. A força da tradição católica e a cultura de que os homens deveriam ter muitos filhos para comprovar sua masculinidade foram apontados como os principais motivos para as dificuldades em se conter o crescimento populacional latino-americano. Para intervir nesse cenário, a reportagem noticiou que:

No Brasil, um grupo patrocinado por uma fundação privada planeja organizar cerca de 600 centros de informações sobre controle da natalidade no país. Para ajudar os países, a Aliança para o Progresso está investindo 1,4 milhões dólares este ano em 30 estudos populacionais de cooperativas de todo o hemisfério⁸. (TIME, 20/08/1965)

Na reportagem “Contraceção: Novidades sobre a pílula” a preocupação voltada para a América Latina também foi exaltada nas palavras de Lord Caradon, delegado britânico na ONU e integrante da Federação Internacional de Planejamento Familiar:

“O mais alarmante”, continuou Lord Caradon, “é o fato de que o aumento é maior nas áreas do mundo com a menor capacidade de alimentar um número de pessoas cada vez maior. Ele não é tão ruim nos EUA (1,6% ao ano) e na Europa Ocidental (apenas cerca de 1%), mas é impactante na América Latina, onde a população está aumentando em 3% ao ano e possivelmente mais”.⁹ (TIME, 21/04/1967)

Além disso, o texto de “População: O Problema do Nosso Tempo” finalizou com a afirmação do ex-coordenador do programa, William Rogers, de que “à medida que a população se expande na América Latina, os programas e os esforços que em uma década

⁸ “In Brazil, a private foundation-sponsored group plans to organize about 600 birth-control information centers across the country. To help countries help themselves, the Alliance for Progress is investing \$1,400,000 this year in 30 cooperative population studies throughout the hemisphere.”

⁹ “Most alarming, continued Lord Caradon, is the fact that the increase is greatest in those areas of the world with the least capacity to feed growing numbers of people. It is not so bad in the U.S. (1.6% a year) and Western Europe (only about 1%), but it is ominous in Latin America, where population is increasing by 3% a year and possibly more.”

poderiam acarretar em enormes conseqüências para o futuro, podem chegar tarde demais daqui a uma década¹⁰” (TIME, 25/08/1965).

O programa de cooperação internacional “Aliança Para o Progresso” esteve em vigência até 1969. Neste mesmo ano, foi criado o Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais¹¹, que posteriormente passou a se chamar Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O UNFPA iniciou suas atividades sendo administrado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e expõe parte do resultado do conjunto de esforços que passou a mobilizar até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) em prol de programas e políticas de Estado que lidassem com tais questões.

Neste contexto, pode-se perceber que durante a década de 1960 a presença das políticas norte-americanas no Brasil foi institucionalizada e suas principais defesas, tais como a liberdade de consumo e a estabilidade da família nuclear, ecoaram pela imprensa periódica do maior país sul-americano¹².

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Cecília Silva. O sentido da Missão no Imaginário Político Norte-Americano. **Revista de História Regional** - UEPG, Brasil, v. 3, n.2, p. 77-90, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

_____. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs) **Para uma História Cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. RJ: Forense Universitária. 2006. 345 p.

CHAUVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. - n. 35, p. 253-270, dez. 2007 - São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁰ "As the population expands in Latin America, programs and efforts that in one decade might have enormous consequences for the future may be too little and too late a decade hence."

¹¹ United Nations Fund for Population Activities

¹² O estudo desses ecos integra uma outra parte de minha pesquisa de Doutorado, desenvolvida através do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, quando a revista *O Cruzeiro* será utilizada na condição de documento.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica. **História Unisinos**. N. 10(2), 2006. p. 144.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

NORA, Pierre. O regresso do acontecimento. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Fazer história** : novos problemas. Portugal, Bertrand: 1977.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SILVA, Graciella Fabrício. **“O que fazer com Castro?”**: Time, Life e a Revolução Cubana (1959-1962). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.